

OS FRAGMENTOS LITERÁRIOS NA ERA DA REPRODUTIBILIDADE TÉCNICA

Táise Alves Moreira¹

Orientador: Prof. Dr. José Carlos Felix

Resumo: O presente material não visa apresentar para a comunidade acadêmica uma classificação para os fragmentos literários que circulam nas redes sociais virtuais (como arte ou como literatura), mas sim compreender a partir dessa manifestação estética contemporânea de representação via tecnologias, a sua influência sobre a formação identitária dos sujeitos que as ressignificam. Acredito que, automaticamente, ao atribuir uma função as ficções escritas, estas acabam se comportando como arte, mesmo que não ratificada pela crítica. Essa aproximação entre sujeito e escrita não se reporta a uma particularidade do século XXI, mas o que problematiza a questão nos últimos séculos é a presença dos dispositivos que se valem da indução do consumo desse “produto” como um ordenador social. Com um levantamento teórico consistente, o trabalho se encontra em andamento e, portanto não tem como foco apresentar resultados, mas refletir sobre os novos acontecimentos sociais que envolvem o homem e a escrita nas comunidades virtuais tecnológicas via as imagens técnicas.

Palavras-chave: Dispositivos. Identitária. Imagens técnicas. Literatura. Redes sociais

INTRODUÇÃO

Pesquisando sobre o tema literatura, no século XVIII, descrevemos que ter acesso ao conhecimento por meio da aquisição de artigos literários, significava entrar em um mundo marcado por uma história unilateral, mas com teor de destaque social devido ao fato de que a literatura, um século antes desse período também passou por reformulações que realocaram seu papel de leitura ficcional para uma ideológica (EAGLETON, 2006, p. 25 e 26) na qual eram encontradas produções que visavam uma formação distinta para os indivíduos (em questão, os ingleses) advindos dos destroços sociais pós-guerras.

Mas, o que sabemos é que a literatura apenas enquanto escrita ficcional, imaginativa, ideológica ou pautada em concepções românticas (século XIX) em um dado momento não mais seguiu a responsabilidade de transmitir por meio de seus textos, apenas as vozes do público que a consumia, independente do interesse por trás desse ato (e aqui colocamos como essas vozes, a da burguesia e da religião) (EAGLETON, 2006, p. 33); como citamos, as reformulações sociais pós-maquinaría reprodutiva transferiram outras funções para os escritos, além daquilo que se propunha abordar também em detrimento a falência dessas instituições. O indivíduo que fazia parte da “nova sociedade pós-industrial” se encontrou tentado a fugir dos padrões e voltar-se para a exacerbação dos próprios sentimentos que os envolviam; assim, ensaios, questões filosóficas e ideológicas não sustentavam sozinhas as construções sociais que emergiam.

¹ Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Crítica Cultural. E-mail: taisealves23@gmail.com.

Por conseguinte, as transformações sociais e culturais, geralmente visualizadas por meio das manifestações produzidas e difundidas, nem sempre são conceituadas como arte; independente da posição do sujeito (de quem produz ou de quem consome), o que percebemos nessas produções é uma oportunidade de fuga de uma sociedade, por vezes, moldada, conservadora e fechada ou mesmo uma possibilidade de exposição de outras visões dos sujeitos que se encontram inclusos e/ou excluídos do sistema. Pegando como exemplo a palavra escrita ou a literatura (romântica) enquanto arte consagrada concebida sob um modelo literário que se apega firmemente às formas perfeitas, captamos a utilização do lirismo, da magia romântica e das frases recheadas por rabiscos construídos sobre rimas perfeitas como uma forma de representação dos indivíduos, a partir do acesso (conhecimento) às obras assinadas pelos autores nomeados pela crítica literária como os “mestres da escrita”.

Mas o que se torna latente nessa forma de representação social é o trabalho de intensificação do consumo de bens valorativos oriundos de um mercado aberto pela reprodução técnica (o que não desmerece a importância e legitimidade das obras). Se de um lado tínhamos “produtos” consagrados por “cânones”, do outro se encontravam os cidadãos que foram moldados por um sistema, para um consumo especificamente desse tipo de conhecimento, que os classificariam socialmente, mesmo que pelo caminho da distração (BENJAMIN, 1987, p. 192-194) substanciado por artigos dotados de valor (muito embora já observamos a inconstância dessa classificação). O que visualizamos daquela época descrita acima aos dias atuais se refere ao valor atribuído ao acesso à literatura (exemplificamos a conceituada canonicamente) que ainda não sofreu alterações substanciais em relação ao peso que carrega, nesse objetivo de transferir para o portador desse material cultural, um status diferenciado perante os seus pares. Ressaltamos que, em nenhuma hipótese diminuímos a importância de outros tipos de escrita literária, mas o que destacamos é um ponto conflitante discutido pelos estudos culturais (SANCHES, 2011, p. 192), no século XX, nessa tentativa de compreensão do social por meio das produções artísticas, agora, ancoradas pelas manipulações tecnológicas, que agregam valores e simbologias. O valor outorgado à literatura enquanto manifestação artística, desde que procedente de fontes aceitáveis ainda se revela como um campo cuidadosamente questionado, pois a ideia de “final feliz” (um modelo capitalista) até então está presente quase sempre correlacionado às produções dotadas de simbologias que remetem à forma, ao belo, enfim ao esteticamente aceitável. O que dizer, então, do que ocorre na contemporaneidade por meio das fragmentações encontradas no meio virtual tecnológico?

A UTILIZAÇÃO DA LITERATURA COMO FORMA DE DEFINIÇÃO IDENTITÁRIA DOS SUJEITOS

A dúvida que emerge é que, se diferentes graus de importância são aplicados aos objetos (sejam eles materiais ou imateriais) ao ponto de determinar posições sociais a quem caberia a tarefa de elevar o valor social de uma produção? A identificação da presença dos dispositivos (FOUCAULT, 1979) reforça a ideia de uma alienação (DEBORD, 1997) inconsciente ao expor aqueles que têm ou não direito ao consumo de materiais que resplandecem notoriedade. Desde quando a escrita foi desenvolvida e disseminada, a mesma já proporcionava uma segmentação social que colocava de um lado, o que sabiam e tinham acesso à leitura e a escrita e do outro, aqueles que não mereciam conhecê-la². Como já argumentamos, o indivíduo contemporâneo agregou diversos valores simbólicos (DELEUZE, 1972) aos textos literários (como aos seus autores), mas essa incumbência de atribuir um peso diferenciado para um ou outro objeto não é outorgada a qualquer pessoa e sim, a uma crítica especializada.

De toda sorte, a literatura abarcou a tarefa de registrar os pensamentos, as histórias, o conhecimento de uma época, como também os discursos dominantes e o papel dos dominados; Bhabha (1999, p. 153-155) apresenta um interessante pensamento quando enfatiza que normalmente encontramos no colonizado, o discurso do colonizador, por mais que esse tenha se libertado das amarras subalternas que já possuía no passado ou o desejo de representação mesmo que por meio de simulacros (BHABHA, 1999, p. 118-119). Com base nos estudos culturais (WILLIAMS, 2007, p. 420 e 421) se tornou possível escavar esse indivíduo intrínseco sob o discurso dos dispositivos e mostrar que também é válido para a sociedade, a presença de outros que não se “enquadram” nos estereótipos homem, branco, europeu ou como já ouvimos em algum momento, os letrados que tem acesso aos livros considerados cultos e logo, merecedores de respeito.

A pós-modernidade se caracteriza por um aceleração do processo de trocas simbólicas culturais em decorrência da utilização dos meios tecnológicos de criação, transformação e manipulação de objetos imateriais; esse “intercâmbio” possibilitou um maior contato com discursos distintos, ao ponto de ampliarmos nossos conceitos sobre o que é colocado pelos dispositivos como modelo social a ser seguido. Mas, visto a importância empregada aos textos, a simbologia quando da apropriação dos sentidos ali expostos (sabendo que nem tudo que é produzido pode e será classificado como arte) e ainda compreendendo que as pessoas se apropriam desses escritos como

² Apenas para exemplificar, a própria história do processo de colonização no Brasil é composta por tais concepções de merecimento do acesso ao conhecimento a partir da relação de submissão entre negros e brancos.

uma representação própria indagamos sobre a utilização da literatura como forma de definição identitária dos sujeitos contemporâneos.

O relato de Hall (2011, p. 10 -14) sobre a formação identitária dos sujeitos revela que as mudanças significativas que ocorreram na forma de pensar foram transferidas para a maneira de agir perante os outros cidadãos. Esse processo começou a acontecer quando em um dado momento (século XVII), o homem (moldado por um pensamento religioso) sentiu (ou o condicionaram a agir dessa forma) uma necessidade de questionar o espaço no qual vivia, visto que as respostas teológicas não mais supriam as dúvidas existenciais que se revelavam em virtude das transformações sociais e econômicas da época, mas principalmente pelo surgimento dos aparatos motorizados que permitiram a realização de cálculos, a refutação de teorias (tal como criar tantas outras), além de aguçar a busca por respostas mais racionais a aquelas encontradas nos textos religiosos. O indivíduo (WILLIAMS, 2007, p. 227) começava, então, a reescrever a sua história no mundo a partir de recursos que lhe proporcionavam uma determinada segurança e, conseqüentemente, sua identidade começava a ser montada com base em dados comprobatórios (materiais escritos). Já no século XX, acreditamos que o salto maior promovido pelo homem foi de poder experimentar as transgressões, mas desta vez, livre de culpas “pecaminosas” ou respaldados em conceitos comprováveis pela ciência para assim, sair das rimas, da forma clássica, expor o corpo e a mente, sem regras. Retornando a uma exemplificação do início desse capítulo sobre o surrealismo francês se torna relevante apontar que este movimento se fundamentou na prerrogativa de busca por “sensações” que fugiam aos padrões estéticos, literários, sociais e familiares substanciados pelas pesquisas freudianas na época. Assim, os materiais de George Bataille e Salvador Dalí também podem ser vistos como uma ruptura das concepções clássicas daquilo que era classificado como arte (NADEAU, 2008, p. 9 e 10) quanto materializaram as suas manifestações mentais.

Por conseguinte, este caminho escolhido pelos artistas e por aqueles que os imitavam mesmo que por meio de simulações os elevam para outras noções de pertencimento resultando em uma descrição literária mais próxima da realidade (tanto dos pontos visíveis quanto dos invisíveis) de um homem pós-moderno. Em decorrência dessas rupturas sócio/culturais, Hall (2011, p. 10-14) discorre sobre três tipos de concepções de identidade que são: o sujeito do Iluminismo, o qual descreveu como o indivíduo racional, o sujeito sociológico como aquele que se constitui diante das interações sociais que o circunda e por fim, o sujeito pós-moderno formado por infinitas fragmentações instáveis que, nos incluímos por apresentarmos características instáveis por vontade própria ou como discutimos até então, seria uma tendência a modificar “nossas identidades” em virtude das imposições dos dispositivos mercadológicos e sociais.

Enfim, se surgiram outras maneiras de escrita (e hoje, os estudos culturais propiciam essa tarefa de considerar as produções que fogem de determinados padrões estéticos) é porque existiam leitores que esperavam por esse tipo de material, pois vê-se representado, na escrita, de alguma forma é entender que o mesmo existe (pertence) para a sociedade. Todavia, Hoisel (2008, p. 64) ainda ressalta que existem diferentes tipos de leitores: aqueles que empregam um olhar mais complexo sobre o texto e os que lêem descompromissadamente. Partindo dessa afirmativa, compreendemos que a função do texto literário se diferencia também em virtude da especialização cultural do leitor (ou como o que já abordamos sobre a acessibilidade a literatura por aqueles cidadãos com destaque na sociedade: um sinônimo de *status social*); para tanto, o consumo das significações intrínsecas na escrita ganham outros aspectos que impactam diretamente na construção de sujeitos plurais contemporâneos.

Para melhor compreender essa construção surge a necessidade de uma conceituação que Cancline (2008, p. 45) apresenta ao mesmo tempo em que refuta;

Possuir uma *identidade* equivalia a ser parte de uma nação ou de uma “pátria grande” [...] uma *entidade* espacialmente delimitada, onde tudo aquilo que era compartilhado por seus habitantes – língua, objetos, costumes – marcaria diferenças nítidas em relação aos demais.

Nesse mesmo texto, o autor explica essa inutilidade do conceito devido as mudanças culturais, econômicas, políticas e sociais que incidem no comportamento, na localização e nas construções individuais e coletivas que os sujeitos contemporâneo costumam exercer, principalmente nessa época de “relações trans” (BAUDRILLARD, 1990). As identidades são (re)produzidas a cada nova leitura ou à medida que o leitor, o sujeito ou o usuário se especializa ao (trans)formar sua visão de espaço em um jogo (HOISEL, 2008, p. 67) que corresponde “ao descentramento dos binarismos e das dicotomias platônicas, metafísicas e etnocêntricas”. Em outras palavras, quando esses se permitem por meio das ferramentas que possuem (e no caso, a literatura tanto auxilia como reflete tais mudanças) reformular significados apresentados como norteadores universais para as relações compartilhadas em sociedade é que os sujeitos criam suas identidades. Logo, quanto por mais especializado que seja o leitor, maiores serão as condições que este apresentará para entender as reestruturações que ocorrem não apenas em espaços definidos, mas também nos discursos e nas fronteiras do imaginário (DELEUZE, 1972, p. 300 e 301).

Não deixa de ser consistente quando recordamos que o ato da escrita já é um artifício criado para estruturar materialmente um pensamento e que mesmo que o ensino do que seria um conceito para o termo literatura ainda recaia sobre um estereótipo de manifestação “fantasiosa” ou “criativa” (ZAPPONE E WIELEWICKI, 2003, p. 20) para (re)montar cenários que preencherão os discursos ali

desenrolados. Entretanto, a escrita detém um poder por meio de seus códigos configurar uma situação e (re)constituir padrões linguísticos fora do formalismo (EAGLETON, 2006, p. 6-7) a fim de auxiliar não em delimitações, como também em definições que facilitaríamos o recorte do objeto discutido. É nesse ponto que, mesmo se valendo de elementos imaginários e/ou simbólicos, a literatura mantém uma função, pois acaba evidenciando identidades intrínsecas ao ser. Assim, fantasiosa, crítica, criativa ou mesmo sem nenhum ponto de definição, o ato da escrita que fundamenta a literatura se apresenta como uma transcrição de valores ou um caminho para encontrar uma identidade.

É fato que essas transformações na forma de pensar do homem em sociedade, nos últimos tempos, permitiram reformulações nas atitudes e práticas sociais; quando Hall (2011, p. 30) discorre que “o cidadão individual tornou-se enredado nas maquinarias burocráticas e administrativas do estado moderno” e que “emergiu, então, uma concepção mais social do sujeito” foi sinal de que as relações sociais passavam por reformulações irrevogáveis registradas pela literatura (a arte literária manteve uma grande importância ao sinalizar essas (re)significações). Assim, procuramos por uma compreensão para o que encontramos nas redes sociais virtuais por meio da propagação das imagens técnicas que, por vezes, ressoa como um ritual de ruptura de pensamentos seculares ou como uma pausa para outras reflexões diante da utilização das novas tecnologias.

Mas como ficaram aqueles sujeitos que foram mobilizados a acreditar que, o consumo de um artigo literário (geralmente clássico) os definiria enquanto sujeitos influentes na sociedade formando identidades respaldadas pela proeminência de uma cultura letrada? E os leitores ou consumidores que encontram nesse ato de representação da própria imagem valorativa? Compreendemos que, o que importa nessa sociedade imagética (FLUSSER, 2008, p. 15) que vincula o sucesso das produções (e das pessoas) ao tamanho da visibilidade que alcançam e na qual, o *status* social que eleva o “lado culto” não está mais na absorção dos conteúdos, mas no acúmulo (porte) de materiais; o valor defendido na sociedade moderna é o valor de exposição (aparição) (BENJAMIN, 1987, p. 173).

Silva e Silva (2011, p. 16) relatam que “em meio a esse universo de bits, a literatura se apropria desses novos espaços de escrita”, pois é no espaço virtual proporcionado pelas redes sociais virtuais, o local aonde encontram, na atualidade, elementos que permitem a montagem de uma identidade própria e virtual, a partir de produções manipuladas pelos usuários (as imagens técnicas que aglutinam textos literários a imagens). Mesmo com a mudança espacial, a formação identitária ainda está vinculada ao peso de determinados escritos (e seus escritores) proporcionando um sentimento de pertencimento, anteriormente, verificado pelos estudos culturais. Logo, independente do local, se usuários ou se sujeitos, o que evidenciamos é que a literatura (e seus fragmentos) não perdeu sua

importância mesmo se reconfigurando a partir de princípios pós-modernos, visto que o sujeito contemporâneo é formado por variadas concepções, além daquelas socialmente aceitas pelos dispositivos; por isso, se reinventam para estar em todas as partes, mesmo em lugares voltados para a diversão.

Mesmo auxiliando em questões até de autoajuda, o material literário compartilhado nas redes sociais virtuais, ao serem expostas, sujeitas a críticas, as especulações e ao se tornarem produto de autodefinição dos usuários acabam retornando as proposições iniciais da literatura; a formação identitária marcada pelo uso da “máquina semiótica” (SILVA E SILVA, 2011, p. 17), desenrolando através da linha do tempo, a história de vida de cada um. A diferença é que agora, as suas ações físicas/presenciais – as identidades virtuais são apresentadas através das imagens técnicas compostas por elementos ficcionais ou não que podem resultar em resultados desejáveis pelo usuário (situação inviável na vida cotidiana). Esse material permite que os interdiscursos, as intertextualidades sejam gerados e utilizados pelos usuários que se apresentam tanto como leitores como escritores da própria história nessa permissividade característica da pós-modernidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Quando partimos para esse trabalho de delimitação do que seria uma teoria literária, ou simplesmente delinear um conceito para a função literária não consideramos como cabível compreender a “morte” de um modelo e o “nascimento” de outro estilo; mas a abertura para um novo ciclo de troca de experiências, de conhecimentos mútuos, pois apenas observar e apontar semelhanças e diferenças não representa um estudo profundo para os questionamentos que surgem na sociedade atual, mesmo que por meio do estudo de uma escrita de “forma peculiar” (EAGLETON, 2006, p. 3) em contradição com as fragmentações textuais desconectadas dos “artifícios literários” (2006, p. 5).

Assim sendo, as valorizações simbólicas empregadas em determinadas ocasiões se tornaram fortes na sociedade atual, a qual considera que o status social é resultado do acúmulo de riquezas do que apenas, pela compreensão e repasse de tradições culturais; não esquecendo que, as produções realizadas por um grupo, geralmente tende a caracterizá-lo, ao desenhar um perfil das ações que pratica, da forma como pensa tal como lida com algumas situações. As “práticas artísticas” (RANCIÈRE, 2005, p. 17) refletem diretamente na questão, principalmente nessa sociedade imagética conectada aos aparatos tecnológicos, resultando em outros modos e usos (CERTEAU, 1998). Os significantes (DELEUZE, 1972, p. 301) que aparecem mesmo que recortados, separados de um todo que mantém uma ideia de ficcional e formal oriundo de uma linguagem própria (EAGLETON, 2006, p.

5) continuam carregando uma tonicidade que é transferida para os sujeitos que dela se apropriam. A oxigenação oportunizada na atualidade, com a utilização dos meios de informação / comunicação movimenta a literatura (ou sua teoria) devido às reformulações ou como prefere Rancière (2005, p. 23) um “recorte ordenado”.

Mesmo considerando que a crítica literária empenha-se em engendrar métodos classificatórios e disseminadores sob parâmetros previamente estipulados para ordenar as obras produzidas (ZAPPONE E WIELEWICKI, 2003, p. 21), ainda sim enxergamos situações, nas quais, o termo função pode ser utilizado mesmo se esquivando de opiniões cânones. Atrevemo-nos assim, a discordar (mesmo que momentaneamente) de escolhas fechadas por conceitos ou concepções do que seja arte, para aos críticos/teóricos, por aceitarmos a opinião de Amora (1964, p. 13) quando discorre sobre alguns erros corriqueiros encontrados na tentativa de definir um objeto como tal, em um período delimitado; as obras literárias seriam exemplos de uma “fuga das normativas” (SOUZA, 2007, p. 16), pois independente das conceituações estéticas as quais seguem (um tipo de escrita ficcional, científica ou histórica), se reinventam a cada mudança social (ou seria o contrário?) sem a obrigatoriedade de repetir modelos. Rancière (2005, p. 32) especifica o estético como esse “modo de ser específico” identificáveis em qualquer época; uma ramificação do conceito de arte, que como já foi relatado ultrapassa o previsível (o estético). Amora (1964, p. 31) ainda complementa o posicionamento acima ao afirmar que “os meios de que se serve o homem para expressar ou representar suas intuições são variados”.

Baseando-nos nas colocações de Rancière (2005) e Amora (1964) sobre arte e estético refletimos que mesmo que a maioria dos sujeitos contemporâneo (incluindo os usuários virtualmente construídos pelas técnicas) não apresente a eloquência artística para produzir obras próximas aos critérios estéticos aceitos pela teoria consideramos as representações pautadas na junção imagem e texto geradas com o auxílio da tecnologia como produções dotadas de significações. De alguma forma expressam (ou por meio do processo de criação ou do compartilhamento) pensamentos e sentimentos ao representarem, ficcionalmente, aqueles que as escolhem como norteadores sociais.

Até o presente momento, nosso trabalho foi de trazer para a discussão, um elemento que também compõe a vida externa dos sujeitos contemporâneos – a literatura; as simbologias que emergem por meio desse objeto propiciam hipóteses sobre a capacidade que temos em reformular situações encontradas nos textos e criar condições favoráveis que justifiquem as ações praticadas em coletividade. O que argumentamos é que não somos donos das nossas próprias ações, visto que refletimos aquilo que nos ensinam (ou condicionam) a fazer; ou seja, seríamos compostos por

intertextualidades (HUTCHEON, 1991, p. 167) que, advém das relações entre as experiências que travamos com o meio e das leituras que realizamos. Todavia, a aceitação de padrões regulamentadores que norteiam nossos modos de agir e pensar é um indicativo (mesmo que vivamos em uma sociedade dita livre) de que existem “forças reguladoras invisíveis” que nos monitoram, mas não tão completamente, ao ponto de inibir a capacidade de ressignificação de objetos, os quais sujeitos têm acesso.

REFERÊNCIAS

- AMORA, Antônio Soares. Conceito atual de literatura. In: *Teoria da literatura*. 8 ed. São Paulo: Editora Clássico-Científica, 1964.
- AMORA, Antônio Soares. Evolução histórica do conceito de literatura. In: *Teoria da literatura*. 8 ed. São Paulo: Editora Clássico-Científica, 1964.
- BENJAMIN, Walter. A obra de arte na era de sua reprodutibilidade técnica. In: *Magia e técnica, arte e política*. Ensaios sobre literatura e história da cultura. Obras escolhidas. Volume 1. Tradução: Sergio P. Rouanet. 3 ed. São Paulo: Brasiliense, 1987.
- CANCLINE, Néstor Garcia. Desenvolvimento com dúvidas, abertura sem rumo. In: *Latino americano à procura de um lugar neste século*. Tradução: Sérgio Molina. São Paulo: Iluminuras, 2008.
- CERTEAU, Michel de. Fazer com: Usos e táticas. In: *A Invenção do Cotidiano*. 3 ed. Petrópolis: Vozes, 1998.
- DEBORD, Guy. A mercadoria como espetáculo. In: *A sociedade do espetáculo*. Trad. Estela dos Santos Abreu. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997.
- DELEUZE, Gilles. Em que se pode reconhecer o estruturalismo? In: *François Châtelet, éd., Histoire de la philosophie, t. VIII. Les Lumières XXe siècle*, Paris, Hachette, “col. Pluriel”, 1972.
- EAGLETON, Terry. O que é literatura? In: *Teoria literária: uma introdução*. Trad. Waltensir Dutra. 6 ed. São Paulo: Martins Fontes, 2006.
- EAGLETON, Terry. A ascensão do inglês. In: *Teoria literária: uma introdução*. Trad. Waltensir Dutra. 6 ed. São Paulo: Martins Fontes, 2006.
- FOUCAULT, Michel. Sobre a história da sexualidade. In: *A microfísica do poder*. Trad. Roberto Machado. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.
- FLUSSER, Villém. *O universo das Imagens Técnicas. Elogio da superficialidade*. São Paulo: AnaBlume, 2008.
- HALL, Stuart. A identidade em questão. In: *A identidade cultural na pós-modernidade*. Trad. Tomaz Tadeu da Silva e Guacira Lopes Louro. 11 ed. Rio de Janeiro: DP &A, 2011.
- HALL, Stuart. Nascimento e morte do sujeito moderno. In: *A identidade cultural na pós-modernidade*. Trad. Tomaz Tadeu da Silva e Guacira Lopes Louro. 11 ed. Rio de Janeiro: DP &A, 2011.
- HOISEL, Evelina. O leitor astucioso. In: Nascimento, Evando (Org.). *Leitura e experiência: teoria, crítica, relato*. São Paulo: Annablume, 2008.
- HUTCHEON, Linda. A intertextualidade, a paródia e os discursos da história. In: *Poética do pós-modernismo: história, teoria, ficção*. Trad. Ricardo Cruz. Rio de Janeiro: Imago editora, 1991.

NADEAU, Maurice. *Elaboração / A guerra*. In: *História do surrealismo*. Trad. Geraldo G. de Souza. São Paulo: Perspectiva, 2008.

RANCIÈRE, Jacques. *A partilha do sensível: estética e política*. Trad. Mônica Costa Netto. 34 ed. São Paulo: Exo experimental org., 2005.

SANCHES, Tatiana Amendola (Org.). *Estudos culturais: uma abordagem prática*. São Paulo: Editora Senac São Paulo, 2011.

SILVA, Carlos Morais. SILVA, Débora Cristina Santos e. Poética intermídia: as interfaces do amor. In: CAMARGO, Flávio Pereira (Org.). *Percurso da narrativa brasileira contemporânea. Volume II*. Goiânia: Ed. da Puc Goiás, 2011.

SOUZA, Roberto Acízelo de. Pode-se teorizar sobre a literatura? In: *Teoria da literatura*. 10 ed. São Paulo: Ática, 2007.

WILLIAMS, Raymond. *Palavras-chave. Um vocabulário de cultura e sociedade*. Trad. Sandra Gardini Vasconcelos. São Paulo: Boitempo, 2007.

ZAPPONE, Mirian Hisae Y. WIELEWICKI, Vera Helena G. Afinal o que é literatura? In: BONNICI, T. ZOLIN, L. O. (Org.). *Teoria literária: abordagens históricas e tendências contemporâneas*. Maringá: Editora da Universidade Estadual de Maringá, 2003.